

RELATO INSTITUCIONAL E AUTOAVALIAÇÃO NO ÂMBITO DO PROCESSO DE RECREDENCIAMENTO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Kelli Consuêlo Almeida de Lima Queiroz
Universidade Federal do Oeste da Bahia/Ufob
kelli.consuelo@ufob.edu.br
Ana Paula de Matos Oliveira
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional/Inep
ana.oliveira@inep.gov.br
Catiane dos Santos Nascimento Mota
Universidade Federal do Oeste da Bahia/Ufob
catinascimento@gmail.com

Introdução

O Relato Institucional (RI) é um documento que tem origem no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) instituído pela Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, em atendimento os interesses dos processos regulatórios de se constituir em instrumento de mediação de conflitos decorrentes dos trâmites e resultados de credenciamento, recredenciamento de IES ou de transformação da organização acadêmica. Sua configuração está determinada na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62, de 9 de outubro de 2014. De sua proposição aos dias atuais, já decorreram 24 anos de prática institucional de elaboração do RI, cuja nota técnica orienta a produção de um texto síntese, compondo no máximo 10 (dez) páginas, a partir de alguns elementos: breve histórico da IES; conceitos objetivos nas avaliações externas; projetos e processos de autoavaliação; divulgação e análise dos resultados da autoavaliação; plano de melhorias e processos de gestão. É uma estrutura que, compulsoriamente, confere ao RI a capacidade analítica de pôr em evidência os processos de autoavaliação e avaliações externas materializados, como ainda repercutir nas dinâmicas de tomadas de decisões pelas instituições.

Apesar da vinculação entre avaliação, regulação e desenvolvimento institucional ser expressamente declarada em marcos regulatórios do Sinaes, é no contexto da implementação desse sistema que se identifica as posições assumidas pelas IES, seja

pela expressão de cumprimento passivo das exigências do Estado ou como expressão de que interpreta, tensiona e ressignifica (Mainardes, 2006) a obrigatoriedade do RI, a partir das mediações institucionais que constituem sua realidade concreta. Esta produção objetiva analisar a forma e o conteúdo declarado em RI para cumprimento dos trâmites dos processos de recredenciamento, com apresentação de evidências de conformidade com a Nota Técnica nº 62/2014 e os decorrentes de reinterpretação e reelaboração. Resulta da delimitação temática da pesquisa em andamento intitulada "Autoavaliação Institucional do Sinaes (2013-2021): dos usos dos resultados aos efeitos na gestão das IES vinculada pelo Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior- Gepaes com fomento do CNPq.

Metodologia

O estudo resulta de uma pesquisa documental, nos termos de Cellard (2012) a partir da análise de 10 (dez) RIs elaborados por 04 (quatro) universidades públicas federais, como instrumentos para a tramitação do processo de recredenciamento institucional e disponibilizados em canais oficial online da IES. Os relatos encontram-se distribuídos da seguinte forma: IES Alfa, localizada na Bahia, com cinco relatos; IES Beta, no Pará, com três relatos; IES Gama, no Acre, com um relato; e IES Delta, em Minas Gerais, também com um relato. Após a localização e juntada dos Ris das 04 (quatro) IES, na sequência ocorreu o trabalho de organização do *corpus* documental, interpretação e contextualização das informações para a identificação dos elementos centrais que qualificam as formas do RI. O conteúdo está organizado em termos das intencionalidades anunciadas, os dados declarados e das contradições na relação entre avaliação, regulação e gestão institucional.

Discussão dos resultados

A Nota Técnica nº 62/2014 orienta a composição do RI, instrumento considerado inovador na avaliação institucional com os seguintes elementos: I - Breve histórico da instituição; II - Conceitos obtidos nas avaliações externas institucionais e de curso; III – Projetos e processos de autoavaliação; IV – Divulgação e análise dos resultados da autoavaliação; V – Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos; VI – Processos de gestão; e VII – Demonstração da evolução institucional. No tocante a forma, os dez relatos analisados são fidedignos aos elementos acima indicados, no entanto, apenas dois (da IES Alfa), cumpriram a orientação do quantitativo máximo de páginas que são 10 (dez).

Em relação ao conteúdo do RI, as informações declaradas tratam do histórico das IES e da *Evolução dos Conceitos:* Conceito de Curso (CC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito Enade, Índice Geral de Cursos (IGC), Conceito Institucional (CI). No entanto, as IES Beta e Delta atenderam totalmente ao solicitado na NT/ n° 062/2014, enquanto que as IES Alfa e Gama atenderam parcialmente. De modo geral, a exposição é técnica, sem explicações e contextualização que justificam os conceitos. No que diz respeito aos Projetos e processos de autoavaliação, os RIs da IES Alfa, Beta e Delta evidenciam que as universidades entendem a autoavaliação como um processo contínuo e planejado, destacando os princípios e objetivos do Sinaes, um indicativo da reprodução do discurso oficial do sistema. A IES Gama não faz referência a um documento específico, a exemplo de projeto ou plano de autoavaliação institucional da Universidade. No tocante à divulgação e análise dos resultados, a IES Alfa apresenta nos seus RIs os principais resultados dos processos avaliativos, com base em quatro tópicos: Avaliação do Desempenho Docente; Avaliação Diagnóstica dos Cursos; Avaliações em tempos de Pandemia Covid-19 e; Monitoramento do PDI. Porém, a IES não se aprofunda na análise dos dados descritos. Quanto à divulgação, segundo a IES, os dados dos processos avaliativos são disponibilizados em portal eletrônico específico. A IES Beta trouxe um gráfico com os resultados da matriz com as dez dimensões do

SINAES, segundo a percepção da comunidade de professores, técnicos e alunos, relativo aos períodos avaliados. Quanto à forma de divulgação, a IES utilizou reunião com os diversos segmentos da comunidade escolar, o e-mail institucional para encaminhamento do relatório para os professores, técnicos e alunos da Universidade. Por fim, o relatório foi postado na página da IES para o conhecimento da sociedade.

A IES Gama afirma no RI que os resultados servem como uma "ferramenta de gestão" que visa subsidiar a administração superior na gestão do PDI. O texto descreve desafios como a "precariedade da infraestrutura tecnológica" e a "ausência de um Programa de Capacitação e Qualificação específico para os técnicos-administrativos" (IES Gama, 2016). A descrição desses problemas funciona como um plano de melhorias, pois direciona as ações para que a gestão possa alinhar a prática institucional ao planejamento estratégico. A IES Delta informa que os resultados estão divulgados na página eletrônica da IES. Alguns estudos foram submetidos aos periódicos da Universidade com base nos resultados e que as sugestões de ações a serem implementadas são apresentadas ao Reitor e Pró-Reitores de Graduação e Extensão. É importante salientar, que IES não realiza a análise sintética dos resultados na seção Divulgação dos resultados, mas na seção referente ao plano de melhorias, os dados são apresentados e analisados de forma satisfatória.

Sobre o plano de melhorias, a IES Alfa informou as iniciativas planejadas em função dos resultados da avaliação institucional, apresentadas de acordo com temas específicos como divulgação da avaliação institucional, fortalecimento da graduação, evasão, indicadores de avaliação e educação à distância. A IES Beta descreve na seção `Plano de ajustes´ as ações de melhorias apontadas pela CPA, que são delineadas de acordo com as seguintes frentes: o ajuste dos PPCs dos cursos de graduação; a melhoria da qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação por meio da avaliação acadêmica dos docentes, estudantes, cursos, coordenadorias e da política acadêmica, entre outras. A IES Gama apontou problemas e desafios que precisam ser acompanhados no seu RI. O texto descreve desafios como a "precariedade da



infraestrutura tecnológica" e a "ausência de um Programa de Capacitação e Qualificação específico para os técnicos-administrativos". A descrição desses problemas direciona as ações para que a gestão possa alinhar a prática institucional ao planejamento estratégico. A IES apresenta ainda, problemas e estratégias de solução direcionadas às dimensões do SINAES no contexto da autoavaliação institucional. Nessa direção, a IES Delta apresenta no item - Plano de melhorias um resumo de melhorias implementadas a partir dos processos avaliativos descritos no Relato Avaliativo do PDI. A partir das perguntas norteadoras O que foi realizado? O que não foi realizado? Justificativa; O que precisa ser revisto para o próximo PDI? e Ações da CPA.

Quanto aos processos de gestão (acadêmico e administrativo), além de contemplar o alcance dos objetivos propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, as universidades descreveram seus processos de gestão adotados no decorrer dos seus relatos institucionais e em seção específica. Observou-se que a IES Alfa não informou o PDI na avaliação dos resultados alcançados ou é citado sem avaliação de metas, apesar de o texto inicial dos documentos afirmar que “as ações de avaliação institucional foram realizadas tomando-se como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI”. Em síntese, a evolução institucional ficou evidenciada nos processos de avaliação e gestão descritos pelas IES nos seus relatos institucionais. As IES reconhecem que o processo de autoavaliação pode oferecer informações valiosas sobre o desenvolvimento institucional, compreendendo-o como contínuo e abrangente, que favorece o conhecimento de potencialidades e fragilidades, como diagnóstico potente que direciona as tomadas de decisões para a melhoria da qualidade institucional.

Considerações finais

A análise dos RI evidencia que as IES seguem as orientações oficiais do Estado quando se trata dos processos regulatórios. O esforço de apresentação de uma IES para os avaliadores externos, em um compilado conciso de até 10 páginas, induz a produção de um texto técnico-instrumental, talvez por isso, a maioria dos RI extrapolam essa

métrica. Os dados sobre a vinculação entre os processos de autoavaliação e tomada de decisão institucional seguem a racionalidade protocolar de determinações normativas, um movimento de conformação institucional seguindo as regras do jogo da regulação, especialmente para evitarem mecanismos corretivos decorrente dos atos de recredenciamento.

Historicamente, a universidade pública é espaço de crítica, de interpretação, tensionamento e ressignificação de políticas públicas. Aparentemente, em relação a elaboração do RI, o conteúdo declarado é uma resposta objetiva a um roteiro previamente definido pelo Estado. Não identificamos RI com constituição e conteúdo discursivo que seja remeta a traços identitários da história e cultura institucional na formalização desse documento.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 062**, de 09 de outubro de 2014. Assunto: Definição da Estrutura do Relato Institucional. Brasília, DF: INEP, 2014.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. (org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. ***Educação & Sociedade***, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível http//www.scielo.br/j/es/a/Z7LJ56dM9xN6KkD4fX9n6Qv/. Acesso em: 15 maio 2026.